

RUP TURA

N 163 NOVEMBRO | DEZEMBRO 2023 - 1€ | 2€ apoio

Demissão do governo

AGORA É TEMPO DE UMA ALTERNATIVA DAS LUTAS



Genocídio em GAZA

Quem é terrorista?

ÚLTIMA PÁGINA



Mais do mesmo

Que orçamento de
estado é este?

PÁGINAS 4 E 5

@nedat bajrami

HÁ 50 ANOS

ESTUDANTES DO SECUNDÁRIO DESAFIARAM A DITADURA

por JOÃO PASCOAL

Um trágico acontecimento comoveu todo o movimento estudantil, e de certo modo o país. Em 12 de Outubro de 1972, José António Ribeiro dos Santos, ativista político e associativo da Faculdade de Direito de Lisboa, foi assassinado pela Pide, polícia política da ditadura.

A resposta a este assassinato intensificou muito a luta contra a ditadura, e nos estudantes do Ensino Secundário deu origem a uma vanguarda radicalizada, particularmente em Lisboa, a qual não parou de crescer, especialmente, nos grupos ligados à esquerda revolucionária trotskista.

Uma contestação antifascista a crescer

A região de Lisboa foi a vanguarda deste movimento de contestação dos estudantes do Secundário e em 1970 começaram a agrupar-se jovens ativistas no que se chamou MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa). O espaço de funcionamento deste movimento era o das Associações de Estudantes das Universidades (utilizando para o efeito Agronomia, Económicas, o Técnico ou Medicina).

Em 1972, já eram várias dezenas os jovens secundários que ocorriam às reuniões. Reuniões consideradas ilegais pela ditadura. Reuniões e movimento com muito debate político e ideológico. Tínhamos um MAEESL maioritariamente

maoista, com uma forte representação do setor que havia de se assumir trotskista e onde o PCP/UEC era um setor minoritário. Mas foi em reação ao assassinato de Ribeiro dos Santos que o movimento deu um salto qualitativo nos liceus de Lisboa.

Em Lisboa, o Liceu D. João de Castro foi vanguarda nesta mobilização. A presença de 'bufos' nas escolas, geralmente indivíduos estranhos ao coletivo estudantil a frequentar os espaços e recreios dos alunos, foi o motivo de mobilizações neste liceu.

Apesar de reprimida essa mobilização, tal não significou qualquer abrandamento na ação anti fascista e anticolonial. Nos liceus da região de Lisboa, em 1973, fortaleceram-se importantes trabalhos e núcleos estudantis nos liceus D. João de Castro, D. Pedro V, Amadora e Padre António Vieira.

A contestação no Secundário de Lisboa, teve eco na própria Assembleia Nacional fascista onde o deputado Casal Ribeiro assinalou a 'atividade comunista e subversiva dos chamados 'Grupos de Ação'(trotskistas).

Pelos liceus de Lisboa multiplicavam-se os grupos políticos associativos



Por terem participado numa reunião, realizada numa sala da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 16 de Dezembro passado, foram agora processados pelas autoridades escolares grande parte dos 151 alunos do Ensino Secundário que tomaram parte nessa mesma reunião. Alguns dos jovens com mais de 16 anos foram autuados, embora grande parte deles não tenha pago a multa.

7.ª Série

SERVIÇO DA REPUBLICA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA

Aviso N.º 42

18.ª Esquadra

Ano de 1973

Freguesia de Sanjoão Grande

Fica avisado p. Sr. João Carlos de Guerra Pascoal

de profissão estudante morador Rua Rodrigues Cabralho 4-3.º esq. Castelo

de 14 de Novembro de que tendo sido autuado por haver transgredido o artigo n.º 3.º Decret. Lei n.º 45/72

a que corresponde a multa de Escudos 2.250.000 deverá, no prazo de dez dias, a contar da presente data, satisfazer na Secção Administrativa a referida quantia, a fim de dar entrada nos respectivos cofres. Em caso contrário será relaxada ao poder judicial.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1973

N.º

2-73

anti ditadura, proliferavam os boletins e panfletos estudantis, e o ativismo aumentava com reuniões plenárias que ultrapassavam as duas centenas de participantes. Um movimento que já não retrocedeu, nem com a detenção de 153 jovens ativistas do Secundário em 16 de Dezembro de 1973, onde nos incluímos, e de que comemoramos agora 50 anos.

Nem as prisões, nem o 'rapar' do cabelo desanimaram essa vanguarda juvenil, que continuaram a realizar reuniões e 'meetings' contra a guerra e a ditadura. Daí, até à revolução de 25 de Abril, foram pouco mais de quatro meses de redobrada agitação nos liceus.

RUPTURA

Sede da Redação: Rua de Arroios, nº165 - 1150-063 Lisboa

Proprietário: Gil de Oliveira Garcia

Diretor: João Pascoal

Editor: João Pascoal

Contacto: JornalRuptura1@gmail.com

Número de Registo ERC: 127963

Tiragem: 300

Impressão: Pontográfico, Lda
Rua Cidade de Almada, Pavilhão 9
2820-454 Charneca da Caparica

.Colaboram neste número:

António Aleixo
António Louçã
Armanda Ferreira
Daniel Pereira
Flávio Ferreira
Gil Garcia
João Pascoal

163
RUP TURA

Com o governo Costa demitido e eleições convocadas: derrotar o 'centrão' dos negócios, travar a extrema direita e erguer alternativa política, nas lutas e nas eleições.

Os sucessivos governos têm sido abalados por escândalos de compra de 'favores', de negociações com grandes empresas e bancos, governantes corrompidos e empresas corruptoras. Governos PS, PSD e CDS todos foram envolvidos na subordinação aos negócios, bancos e grandes empresas. A 'agenda' de Ricardo Salgado, agora publicamente divulgada prova bem essa subordinação ao antigo 'dono disto tudo', e lá desfilaram nomes como Cavaco Silva, Sócrates, Paulo Portas, Passos Coelho, Relvas, etc. Os escândalos e roubos aos Bancos BPN, BES tiveram ligação direta a governantes como Cavaco Silva, Dias Loureiro e Sócrates. A lista de nomes de governantes é bem mais longa se falarmos das negociatas das EPP, quer as rodoviárias quer as da saúde.

O sistema capitalista em crise, em grande concorrência entre grupos, está associado à corrupção de políticos para utilização de bens públicos nos negócios privados. Em Portugal, com uma burguesia em grande crise e dependência internacional, a corrupção ainda tem mais peso no interior do sistema económico e político.

A luta consequente contra a corrupção tem de ser uma luta anti sistémica e denunciadora deste regime apodrecido. São necessárias medidas que recuperem o controlo público dos sectores estratégicos da economia: na energia, nas telecomunicações, na banca, na distribuição alimentar e bens essenciais, nas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. É preciso acabar com as políticas de dar lucros aos privados em vez de colocar os sectores públicos produtivos a originar receitas para o investimento em serviços públicos. Estas mudanças, com medidas anti sistémicas, podem travar a corrupção e acabar com as negociatas que roubam e endividam o país.

Nos negócios da corrupção, os corruptores e os corrompidos lucram milhões de euros, em evidente contraste com a grave situação das condições de vida de milhões de portugueses, particularmente os trabalhadores mais precarizados e os milhões de pensionistas com rendimentos inferiores e/ou próximos do salário mínimo.

Somos nós, os de baixos salários e pensões, que temos 'apertar o cinto', restringir-nos na compra de alimentos e medicamentos, e os que tinham poupanças estão a esgotá-las para salvar a habitação (e pagar os créditos bancários).

Os governantes enaltecem os 'indicadores económicos' e as 'contas públicas' para fazer de conta que estão a fazer uma boa governação, mas o que fazem são os seus negócios próprios e favorecem os negócios e os lucros das grandes empresas e dos bancos. A privatização da TAP é mais um episódio dessas negociatas que tem de ser impedida.

O povo está com a sua vida cada vez mais difícil, a habitação é inacessível à maioria que a procura, os serviços públicos essenciais como a Saúde e a Educação continuam em crise e o SNS à beira de um colapso. A juventude não tem perspeti-

vas de melhoria com a degradação da Escola Pública nem com empregos com salários dignos para poderem viver de modo independente, pagar uma casa, alimentação e gastos essenciais.

Esta é a dura realidade que temos de mudar. Mudar com a luta dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores da saúde e da educação, mas também mudar com o erguer de uma alternativa política que dê expressão a essas lutas laborais.

O governo Costa não teve uma oposição política digna desse nome, do lado da 'esquerda parlamentar'. Infelizmente, por demérito destes partidos parlamentares que foram apoiantes da geringonça, a extrema direita, de modo oportunista, apareceu como a 'oposição' quando na realidade estes defendem uma ainda maior degradação dos serviços público em benefício dos interesses privados ávidos de ganharem muitos milhões também na Saúde e Educação. Hoje importa saber o que as grandes lutas dos trabalhadores significaram este ano: começar pela luta da Educação dirigida de forma democrática e combativa por um novo sindicalismo que quer a vitória em oposição ao sindicalismo tradicional, também a luta no SNS impulsionada por um movimento por fora dos sindicatos dominantes e outras greves e lutas, como as da justiça e da aviação organizadas pela base. Essas lutas decididas democraticamente quando foram intensamente atacadas nomeadamente com serviços mínimos ilegais, nenhum partido com assento parlamentar esteve ao lado desses milhares de profissionais e do seu elementar direito à greve.

Ou seja, faltou no parlamento uma força que juntasse forças com todas essas lutas nas ruas e nos locais de trabalho, reforçando-as e consequentemente aumentando a sua probabilidade de vitória. Concluindo, todas estas recentes lutas laborais, algumas delas em total oposição às lideranças sindicais e políticas (da CGTP e UGT), não correspondem às representações políticas parlamentares existentes e exigem o erguer de uma alternativa no campo político que seja expressão desta vontade de luta séria pelos serviços públicos e pela respeito e condições de vida dos trabalhadores.

Nas eleições convocadas para dia 10 de Março de 2024, urge uma alternativa de luta pelos serviços públicos e para superar a sua atual crise (quer no SNS quer na Educação) indo buscar os meios financeiros onde eles estão (lucros dos bancos e grandes empresas, juros da dívida, expropriando corruptos e corruptores, taxaço de grandes fortunas e fim de transferências para off-shores). É preciso que nestas eleições tenham expressão política as lutas que trouxeram nova esperança aos trabalhadores. Mostrámos ser possível mobilizar massivamente para uma verdadeira ação combativa e democrática na luta laboral, é preciso levar essa realidade ao combate político para mudar, para melhor, a vida de quem trabalha.

As páginas do jornal Ruptura estarão abertas aos que querem participar na construção desta alternativa para todas as lutas.

QUE ORÇAMENTO DE ESTADO É ESTE?

por FLÁVIO FERREIRA

OE2024: NOVO ORÇAMENTO, OS MESMOS PROBLEMAS

A proposta de Orçamento do Estado para 2024 (OE) é um pouco mais do mesmo daquilo que nos tem sido servido nos últimos anos pelo Governo Costa. Agora com o governo demissionário, pelos vistos Marcelo e o poder económico e político, com a cumplicidade da direita parlamentar, querem que este OE seja aprovado.

Para o ano de 2024, o PS faz uma pomposa proposta de aumentos salariais, promoções e progressões de carreira para a Função Pública, mas, contas feitas, em termos reais, a maior parte dos funcionários públicos continuará a perder poder de compra¹, sobretudo os sectores que mais se têm mobilizado, no último ano: professores e médicos onde as perdas podem chegar aos 7,8% do poder de compra, face a 2021. E assim fica estabelecida a referência da perda salarial também para o sector privado, num período em que a concretização de mais um avanço de Israel no genocídio do povo palestino, com implicações em todo o Médio Oriente, promete voltar a alimentar o crescimento da inflação a nível internacional.

O aumento anunciado pelo PS para as pensões não é mais que o cumprimento de um dever previsto na Lei, obrigação que – convém recordar - Costa tentou subverter no presente ano sem sucesso. Já

o aumento do salário mínimo para 820€/mês, apesar de importante, continua a manter uma parte muito considerável da juventude e trabalhadores sem conseguir viver condignamente até ao final do mês, sobretudo se considerarmos que 30% da população não tem capacidade de fazer face a uma despesa inesperada de 550€², ou se considerarmos que a renda média de um T0 ou T1, em Lisboa, ascende já aos 1.164€/mês³.

Quanto ao reforço das prestações sociais, serão distribuídas mais algumas migalhas, para que tudo se mantenha na mesma. O abono de família, por exemplo, será reforçado em 22€.

Sobre a pesada carga fiscal, o PS propõe uma redução do IRS (em cerca de 1.300M€) que será, em boa parte, compensada por um considerável aumento de impostos indirectos (cerca de 800M€), nos quais se inclui o fim do IVA zero nos alimentos de primeira necessidade, o que determinará um novo aumento repentino dos preços já no início de 2024. Por outras palavras, o PS propõe que a dura carga fiscal se mantenha.

Quanto ao investimento público, o Governo Costa prometeu aumentá-lo. No entanto, após 8 anos de governação, aquilo que Costa prometeu é alcançar a proporção de investimento público que se registava em 2011 (3,3% do PIB)⁴, sendo

que 33% do valor total de investimento público para 2024 será financiado através do PRR. A efectivar-se – e sublinhamos: a efectivar-se – ao fim de 12 anos, com os últimos 8 sob a governação do PS, o investimento público irá alcançar os valores de 2011, ano que, já de si, registou dos valores mais baixos das últimas décadas.

Neste sentido, não admira que sindicatos, economistas e administradores partilhem todos da opinião que o tal “aumento de 10%” da verba destinada ao SNS não chegue sequer para as reformas propostas pelo próprio Governo⁵. Continuaremos, portanto, a ter um orçamento de acordo com a estratégia de degradação e privatização do SNS, com mais de 1 milhão de pessoas sem médico de família, falta de cuidados de saúde primários, problemas nas urgências e serviços de obstetrícia, assim como um corpo profissional completamente menosprezado e no limite das suas capacidades, mesmo depois do esforço dos anos de pandemia.

Esta mesma realidade de degradação e privatização continuará, igual e infelizmente, a rimar com Escola pública e profissionais da Educação. A 15 de Outubro, mais de 40 mil alunos continuavam sem professores, a pelo menos uma disciplina⁶.

A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2024 (OE) É UM POUCO MAIS DO MESMO DAQUILO QUE NOS TEM SIDO SERVIDO NOS ÚLTIMOS ANOS PELO GOVERNO COSTA. AGORA COM O GOVERNO DEMISSIONÁRIO, PELOS VISTOS MARCELO E O PODER ECONÓMICO E POLÍTICO, COM A CUMPLICIDADE DA DIREITA PARLAMENTAR, QUEREM QUE ESTE OE SEJA APROVADO.

VALOR DA RENDA MÉDIA DE
UM TO/T1 EM LISBOA

1.164€

PESSOAS SEM MÉDICO
DE FAMÍLIA

1.000.000

DEGRADAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTINUARÁ

Quanto à habitação, o PS promete destinar 250M€ para apoiar o pagamento das rendas, para além da estafada e constantemente adiada promessa de investimento em habitação pública, o que, sem qualquer limitação sobre os preços de mercado apenas assegurará, isso sim, que a especulação mercantil continue a transformar um direito elementar num bom negócio para fundos imobiliários e para o turismo.

Serviços públicos e direitos básicos continuarão à míngua, afinal, como afirmou o ministro das finanças, Fernando Medina, “é um erro gastar o excedente com a reivindicação do momento” (!?). Pena é que aquilo que, para o PS, é uma “reivindicação do momento”, seja, não uma, mas múltiplas reivindicações prementes para satisfazer necessidades básicas de muitos jovens e trabalhadores, que se arrastam há anos, sem qualquer perspectiva de resolução.

Portanto, nada de novo sobre os principais problemas sentidos pela população: contenção sobre o valor da força de trabalho, precariamente empregue no turismo e na restauração; carga fiscal máxima para financiar excedentes orçamentais e canalizar tudo para a dívida

pública; destruição e privatização de serviços públicos; inflação, especulação imobiliária e juros ao rubro; inexistência de estratégia produtiva para o país que não seja a de nos manter como uma hospedaria. A direita não faria melhor e o apoio da esquerda parlamentar ao PS, durante os anos da Geringonça, também não foi capaz de o evitar. Não admira, portanto, que, após 8 anos de governação, a oposição, sobretudo à esquerda, seja incapaz de se afirmar e o PS não só se mantenha como agora se vislumbra ter uma nova liderança pró ‘geringonça’

A esperança reside nas mobilizações de médicos e profissionais da Educação, fundamentais para a defesa dos serviços públicos e conquista de melhores condições de trabalho e de vida. E que estas novas mobilizações tenham expressão em alternativa política no próximo ‘combate’ eleitoral. Se há excedente orçamental, este tem de ser canalizado para resolver os problemas prementes da população. Exige-se investimento efectivo na Saúde e Educação públicas. Exigem-se aumentos salariais, pelo menos, iguais à inflação. Exige-se o controlo dos preços da habitação e a limitação das rendas a 30% do salário.

Notas

1 <https://expresso.pt/economia/administracao-publica/2023-10-12-Funcao-Publica-salarios-mais-baixos-ganham-poder-de-compra-mas-a-maior-parte-perde-ate-78-2e54f5f3>

2 [https://www.pordata.pt/europa/populacao+sem+capacidade+para+assegurar+o+pagamento+de+despesas+inesperadas+total+e+par+grupos+de+rendimento+\(percentagem\)-2125](https://www.pordata.pt/europa/populacao+sem+capacidade+para+assegurar+o+pagamento+de+despesas+inesperadas+total+e+par+grupos+de+rendimento+(percentagem)-2125)

3 <https://sicnoticias.pt/programas/poligrafo/2023-10-16-Renda-media-custa-duas-vezes-o-salario-minimo-e50388a6>

4 <https://www.publico.pt/2023/10/10/economia/noticia/ue-paga-33-investimento-2024-governo-cria-fundo-pospr-2066247>

5 <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario-2659/html/orcamento-do-estado-2024/peritos-avisam-que-orcamento-nao-chega-para-reformar-o-sns>

6 <https://www.publico.pt/2023/10/13/sociedade/noticia/procura-docentes-continua-de-scer-40-mil-alunos-estao-professor-2066703>

O QUE NOS TROUXE O S.TO.P.

por ANTÓNIO ALEIXO

O contexto nacional e internacional foi determinante para a criação deste novo sindicato e de um novo sindicalismo. A interminável crise económica da última década trouxe-nos à actual ruína social, da qual fazem parte a destruição generalizada dos serviços públicos, dos salários, das condições de trabalho e de vida.

Este é o resultado directo das opções políticas neoliberais, que têm sido colocadas em prática quer pela direita, quer pelo PS. Por sua vez, a esquerda e o sindicalismo tradicionais têm sido incapazes de responder aos anseios da juventude e dos trabalhadores, consequência da sua crescente devoção aos cálculos eleitoralistas, da qual faz parte a estratégia de conciliação com os Governos PS, preferindo a estabilidade de um sistema viciado à inevitável turbulência que a luta por melhores condições de vida implica.

Ainda assim e apesar da desilusão popular com os sindicatos e partidos tradicionais, a necessidade que a juventude e os trabalhadores têm para resolver os problemas sociais que enfrentam, impele-os a procurar continuamente por alternativas sindicais e políticas que sirvam os seus interesses, e que, se não forem forjadas à esquerda, acabarão por, em desespero, reforçar a extrema-direita e o seu projecto de desumanização.

O S.TO.P., enquanto organização sindical, nasce, em 2018, precisamente deste contexto político e social. Constrói-se assumidamente para responder aos problemas que a realidade acima descrita nos coloca, com os seguintes traços distintivos: (i) oposição estratégica à política de destruição da Escola Pública dos sucessivos Governos PS, PSD/CDS-PP; e (ii) combate decidido à acomodação, à falta de democracia interna e à conciliação permanente do sindicalismo tradicional da Fenprof/CGTP e da esquerda tradicional (PCP/BE) com os Governos PS, de onde, nas últimas décadas têm resultado sucessivos acordos lesivos à escola pública e aos seus profissionais.

Sem falar em anteriores Governos PS, a Fenprof/CGTP/PCP/BE estiveram, durante os 6 anos de Geringonça, em conluio com os planos do PS, procurando evitar que o descontentamento e possíveis mobilizações dos mais variados quadrantes sociais, onde

se inclui o sector da Educação, atrapalhassem o arranjo governativo.

Não é por acaso que as principais lutas existentes durante a Geringonça passaram, sobretudo, por fora das velhas estruturas sindicais: enfermeiros, estivadores e motoristas de matérias perigosas. Já no período da Geringonça e depois de ter feito a experiência por dentro das estruturas da Fenprof, André Pestana e um conjunto de activistas, contrários aos memorandos assinados entre Mário Nogueira (MN), da Fenprof, e os Governos PS, tinham começado a cimentar a ideia da necessidade de um novo sindicalismo de base, democrático e combativo, estrategicamente diferente das tradicionais estruturas sindicais.

Ao longo dos anos da Geringonça, as iniciativas da Fenprof, para recuperar o tempo de serviço roubado aos professores, foram insuficientes e sem determinação. A reposição dos 2 anos, 9 meses e 18 dias, em 2019, é já o resultado das greves às avaliações do Verão de 2018, onde o S.TO.P., na altura recém-criado, assume um papel sindical¹ de relevo, com uma estratégia alternativa de mobilização, combatividade e democracia.

Consequentemente, a estratégia e prática do S.TO.P. caracterizam-se pela combatividade das suas acções de luta e pela democracia interna, onde se inclui a finitude dos mandatos dos seus dirigentes, como sendo os melhores mecanismos de envolvimento, organização e mobilização das suas bases, tudo isto tendo em vista o alcance das melhores condições de trabalho e de vida para a classe profissional que pretende representar, sejam docentes ou não docentes, sejam ou não sócios do S.TO.P..

Na actual jornada de luta, confrontam-se as diferentes estratégias do S.TO.P. e da Fenprof

No início de Novembro de 2022, face à proposta do Ministério da Educação, de “agrupamento de professores em listas intermunicipais e à sua selecção por conselhos locais de directores”², a Fenprof anunciou, no início de Dezembro de 2022, que iria convocar vigílias regionais, qual enterro consumado da Escola Pública, entre os dias 12 e 15 desse mês, e uma manifestação nacional lá para Março de 2023, quatro longos meses depois (!!) de se tomar conhecimento

das intenções do Governo, com a evidente intenção de fazer dissipar, mais uma vez, o sentimento de revolta dos professores, promovendo a maior estabilidade possível dos sindicatos tradicionais, o que deixava espaço aberto à política do Governo PS.

A proposta do Ministério da Educação fez explodir o descontentamento dos profissionais da educação e o S.TO.P., determinado em travar as descabidas intenções do Governo PS, consultou as suas bases, logo em Novembro de 2022, e decidiu democraticamente que seria necessário iniciar a mobilização no imediato, marcando uma greve por tempo indeterminado com início a dia 9 de Dezembro de 2022. Não foi uma decisão isolada da direcção do S.TO.P., mas foram sim os professores que decidiram que havia que dar início a uma greve por tempo indeterminado.

O S.TO.P., como é obrigação de qualquer direcção sindical que não está presa a condicionismos e cálculos político-partidários, típicos dos sindicatos do sistema, colocou-se e colocou o S.TO.P. à disposição da luta e deu início às formas de luta decididas pelos professores. A luta unitária de todos os profissionais de educação, promovida pelo S.TO.P., abanou a sociedade portuguesa, adormecida por 7 anos de Governo PS, com e sem o apoio da esquerda tradicional – BE e PCP.

Precisamente por isso, rapidamente, dos mais variados partidos políticos e organizações sindicais tradicionais, da esquerda à direita, surgem as primeiras tentativas de desmoralizar as acções de luta do S.TO.P., sendo acusado de estar sob o controlo e a instrumentalização partidária por parte do MAS. Dos jornais, revistas, analistas e comentadores, todos atacaram André Pestana e o S.TO.P..

Não admira, eram ambos fora da caixa, fora do sindicalismo ‘fofinho’, inconstante e traidor. Com os profissionais da educação a discutir e decidir as suas próprias formas de luta, em assembleias democráticas, fica evidente que as acusações de controlo partidário do S.TO.P., pelo MAS, eram e são completamente infundadas, tendo como único objectivo o desgaste e a destruição do S.TO.P. enquanto novo projecto sindical. E por consequência destruir a luta dos profissionais da educação pela defesa da Escola Pública.

TRANSFORMAR O MOVIMENTO SINDICAL

A luta dos professores e trabalhadores da educação pública, iniciada com a greve do S.TO.P. em 9 de Dezembro de 2022 reabriu o debate sobre o (mau) sindicalismo que tem sido a prática maioritária das centrais sindicais e da maioria dos sindicatos.

Nos últimos 40 anos, temos perdido direitos e legislação laboral favorável, salário real, clausulado dos contratos coletivos, e tem aumentado poder dos patrões, das grandes empresas (hoje todas com superlucros) e dos governos, que fazem o que lhes apetece.

Muitos argumentam que o ‘mundo mudou’ e que ‘os sindicatos fazem o que podem’, será assim?

Para nós, o enfraquecimento do movimento sindical deveu-se às políticas de subserviência a calendários de ‘luta’ exteriores às necessidades dos trabalhadores, à subserviência sindical a burocratas e ditames partidários.

Quando os trabalhadores estão dispostos a mobilizar-se e a realizarem lutas massivas, os principais aparelhos sindicais travam-nos e levam-nos para maus ‘acordos’, como aconteceu, entre outros casos, na grande mobilização de professores de 2008.

Se perante governos de direita ou do PS, já a maioria dos sindicatos e as direcções da CGTP e UGT tinham os seus calendários desfasados das necessidades dos trabalhadores, então sob o governo da Geringonça apoiada pelo PCP e pelo BE é que o movimento sindical hibernou de vez. Esta subserviência à ‘geringonça’ manteve, no essencial, as leis laborais da troika e desmobilizou a classe.

O S.TO.P. marca a diferença

O S.TO.P. mostrou que é possível, com uma política combativa e um método democrático unir, galvanizar e mobilizar os trabalhadores. Assim, ultrapassando os obstáculos criados pelo governo e pelos chamados ‘sindicatos do sistema’, realizou uma grande e prolongada greve decidida pela base. Mobilizou quando a classe sentia a necessidade de tomar as ruas, e por isso, as gigantescas manifestações de 14 e 28 de Janeiro de 2023, com 100.000 manifestantes.

Esta realidade na união e mobilização das escolas fez história, e dela devemos retirar as devidas consequências para a organização política e sindical dos trabalhadores e para que a voz dos trabalhadores esteja devidamente representada, na luta sindical e política para alcançarmos uma vida digna e trabalho com direitos para todos.

A política tem de estar ao serviço da classe trabalhadora e das suas lutas. O sindicalismo não pode estar a reboque dos calendários decididos em cúpulas, tem de estar ao serviço das necessidades de quem trabalha.

BAIRRO DO ZAMBUJAL NUM IMPASSE

SÓ A LUTA PODE FAZER RECUAR O IHRU

por GIL GARCIA



O IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tem mais de um nome pomposo do que resolução de problemas candentes.

Uma parcela significativa de moradores do Bairro do Zambujal, na Amadora, andavam há meses (e em alguns casos anos) para serem recebidos por responsáveis do IHRU. Só o conseguiram a duras penas, depois de várias tentativas e e-mails. Por fim, a Direcção de Gestão do Património Arrendado, resolveu receber, não todos os que se deslocaram às instalações do IHRU, mas cerca de 12 moradores.

Os problemas no bairro, como todos sabem, são mais que muitos. Desde casas com infiltrações de água, partes danificadas ou deterioradas com o tempo e todo o tipo de problemas que bairros sociais comportam e que o Estado procura ignorar, pois dá muito trabalho e despesa tratar a sério.

Todavia, os dois problemas mais graves e que levaram (e levam) os moradores a insistir não só em serem recebidos mas essencialmente a verem alguma resolução a caminho, prende-se com os previsíveis aumentos brutais nas rendas bem como esquecer olímpicamente que há inúmeros casos de moradores que têm as suas casas prometidas para passarem ao fim de 25 anos para propriedade (legítima diga-se) dos respectivos moradores e/ou os seus descendentes.

Ora como todos sabemos a actual crise habitacional no país, a inflação e o desnorte do governo é tal que as rendas dispararam para números absurdos bem

como os valores das casas, principalmente quando a Amadora está a 15m de Lisboa. Todas as habitações tornaram-se apetecíveis, dados os valores eventualmente envolvidos.

O IHRU espera que o tempo e o cansaço faça os moradores aceitarem os aumentos previstos (muito acima da capacidade de muitas famílias pagarem) ou então que comprem as habitações e/ou declinem a favor do Estado. O MAS, tem apoiado os moradores e facultado, dentro das suas possibilidades, os meios de potenciar a resolução dos intrincados problemas em aberto. Mas a mensagem é clara, o IHRU não vai facilitar em nada a resolução atempada das questões pendentes e muito menos abdicar dos aumentos previstos que em alguns casos podem vir a ser brutais.

Manda a história que quando estes conflitos entre população (moradores e/ou trabalhadores) têm de enfrentar estruturas do Estado só se resolvem com muita luta. Sem isso nada feito e as conversas e reuniões nunca passarão mais do mesmo: fingir que se resolvem sem nunca se resolverem a favor dos mais desprotegidos e mais pobres.

As soluções com advogados e tribunais umas vezes podem ajudar a resolver mas na maioria dos casos é precisamente o contrário, como também já se verificou neste bairro. Os moradores encontrarão na luta decidida para alterar as suas condições e poderão contar com o MAS. Mas sem luta, dificilmente quer os tribunais quer o IHRU, resolverão a favor dos moradores do Bairro do Zambujal o que quer que seja.

QUEM É TERRORISTA?

por ANTÓNIO LOUÇÃ

Historiador

Texto publicado em <https://palestinavence.blogs.sapo.pt/quem-e-terrorista-90037>

Na sequência do ataque levado a cabo em 7 de outubro por forças do Hamas contra bases militares e instalações civis em território israelita, impôs-se em grande parte da imprensa um livro de estilo não-escrito, que tacitamente obriga a designar o Hamas como "terrorista". Os motivos para a designação estariam no ataque sem prévia declaração de guerra, na morte ou sequestro de civis e nos requintes de crueldade descritos por várias testemunhas.

A designação de "terrorista" tem uma história longa e convém lembrar duas ou três coisas a seu respeito. Ela é quase sempre aplicada a quem se insurge contra uma opressão de tal modo esmagadora que dá por suposta a inutilidade de qualquer resistência. Aquilo que faz o ou a "terrorista" não são os métodos mais ou menos violentos, e em qualquer caso sempre menos mortíferos que os da potência opressora. O que faz o "terrorismo" para a opinião publicada é, geralmente, a veleidade de recusar o que devia ser aceite como inevitável.

Como temos visto abundantemente, também na imprensa portuguesa a designação de "terrorista" é usada correntemente sobre o Hamas, até por jornalistas de reputação firmada, a quem, no entanto, nunca passaria pela cabeça designar o Estado de Israel como "terrorista". Também em Portugal a palavra tem a sua história, que ajuda a entender este seu actual regime de utilização.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria da imprensa portuguesa (e não só jornais declaradamente fascistas como a *Época* ou o *Diário da Manhã*) fazia-se eco da designação de "terroristas" propalada pelos serviços de Goebbels contra os movimentos de resistência na Europa ocupada. E esses serviços esganiçavam-se com uma particular estridência sempre que os membros da resistência fossem judeus, porque aí se tratava precisamente daquela parte da população que era suposto deixar-se conduzir às câmaras de gás "como carneiros para o matadouro".

Para a imprensa portuguesa dos anos 1960 e início dos anos 1970, eram "terroristas" as grandes figuras da libertação africana – desde logo Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel, mas também Ben Bella, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Nelson Mandela. A ligeireza com que a palavra era usada nos tempos do fascismo teve uma natural contrapartida na desenvoltura com que depois foi arquivada na era das independências africanas. Como era preciso fazer negócios com as cleptocracias que iam crescendo nas ex-colónias portuguesas, os mesmos que antes acusavam os dirigentes angolanos de "terroristas" passaram a indignar-se com qualquer denúncia da corrupção angolana. E o mesmo dirigente do ELP que em tempos fora expulso do Exército português por roubar batatas tornou-se grande amigo de Nino Vieira.

Mas até em regime de democracia se continuou a encarar como "terroristas" os dirigentes das lutas de libertação que não tivessem obtido sucesso (ou que ainda não o tivessem obtido, e a curteza de vistas reinante não concebia que viessem alguma vez a obtê-lo). Assim, um primeiro-ministro português deixou claro o seu apoio à prisão perpétua do "terrorista" Nelson Mandela em Robben Island, por pensar que o apartheid seria eterno.

Mesmo assim, não deixa de ser chocante que grande parte da imprensa portuguesa falada e escrita siga agora o guião das imprensas dos EUA e de Israel. Quando o soldado israelita Elor Azaria abateu friamente o prisioneiro palestino agonizante Abed al-Fattah Yusri al-Sharif não foi considerado um "terrorista". Em Israel foi condenado a 18 meses de prisão, mas grande parte da opinião pública celebrou-o como um "herói". Já um adolescente palestino que pendure uma bandeira do seu país num sinal de trânsito é abatido sem contemplações como "terrorista".

Tal como na guerra colonial portuguesa, é relativamente fácil calcular o número de militares portugueses mortos pela guerrilha, mas muito mais difícil calcular o número, incomparavelmente superior, de civis africanos mortos pela tropa colonial. O número de vítimas israelitas do ataque do Hamas parece estar agora nos 1.300. O número de vítimas palestinianas ao longo dos últimos anos tem subido constantemente. Quantas serão por cada vítima israelita – 5, 10, 20? Quantas serão agora, que ministros genocidas de Israel se referem às pessoas da Faixa de Gaza como "animais" e que recebem luz verde das democracias ocidentais para matarem quantas quiserem?

O ataque levado a cabo pelo Hamas foi uma acção que, apesar do efeito de surpresa e de um planeamento surpreendentemente eficaz, não fazia qualquer sentido de um ponto de vista militar. De um ponto de vista político, só o futuro dirá se daqui pode resultar um sinal de alarme para o mundo que tinha esquecido a existência do povo palestino, e também um sobressalto para as políticas árabes de normalização de relações com uma potência colonizadora e genocida.

Admitindo que também o balanço político venha a ser negativo, e que portanto toda a acção venha a revelar-se como completamente estúpida, não devemos confundir estupidez com ilegitimidade. A resistência à colonização é legítima.

Uma superpotência regional que todos os dias leva a cabo acções de guerra não declarada contra o Líbano ou contra a Síria, e frequentemente também contra o Irão, que regularmente bombardeia alvos em Gaza, assassina ou prende suspeitos pela calada da noite, essa superpotência não pode nunca queixar-se do que noutra contexto as Convenções de Genebra considerariam efectivamente um crime de guerra. Atacar Israel foi uma decisão talvez estúpida mas certamente legítima por parte do Hamas.

Outra prática tipificada como crime de guerra na lei internacional é a de capturar, deportar ou matar civis. É aquilo que Israel toda a vida tem feito, em números incomparavelmente superiores, e que agora se prepara para fazer no quadro de uma segunda Nakba – uma limpeza étnica de milhões.

Mas não podemos refugiar-nos numa discussão whataboutista perante a pergunta: E não cometeu o Hamas crimes desses, nas bases militares e nas povoações que atacou? Sim, certamente. Alguns deles estão documentados, como a captura de pessoas de idade ou de crianças. A captura e sequestro de pessoas com estas características é altamente condenável e por isso faz todo o sentido a proposta do Qatar de que sejam imediatamente trocadas por anciãos ou crianças palestinianas nas cadeias israelitas. Mesmo que, previsivelmente, os carcereiros israelitas não aceitem a proposta qatari, o Hamas deveria libertar os velhos e crianças, nesse caso unilateralmente.

Outras pessoas capturadas seriam também civis inocentes e surpreendidos no sítio errado à hora errada. Convém entretanto lembrar que os colonos israelitas não são civis e sim milicianos da ocupação, sempre com treino militar, com armas próprias mesmo que não as tivessem consigo no momento da captura. Qualquer homem ou mulher em idade de empunhar uma arma devia ser presumido pelas tropas do Hamas como combatente inimigo e tratado como prisioneiro de guerra (não segundo as normas de Elor Azaria).

Numa guerra justa também se cometem crimes de guerra. A diferença é que esses crimes prejudicam a causa da libertação e devem portanto ser combatidos por nós, que a apoiamos. Numa guerra colonial e genocida, como a do Exército israelita, os crimes de guerra são um instrumento imprescindível do terror que se quer exercer sobre as populações civis. Por isso, a imprensa que fecha os olhos à ocupação nunca terá esse mínimo de equanimidade que consistiria em aplicar ao genocídio sionista a designação de "terrorista".